

HABEAS CORPUS Nº 570.768 - SC (2020/0080169-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA E OUTROS
ADVOGADOS : MARCOS ANTONIO GERMANO - PR036571
GESSIVALDO OLIVEIRA MAIA - PR047286
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RAFAEL MACHADO ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **RAFAEL MACHADO ALVES**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no **Writ n. 5006267-59.2020.8.24.0000**.

Depreende-se dos autos que o paciente está sendo investigado pela prática, em tese, do crime previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do Código Penal (autos n. 5002874-14.2020.8.24.0005).

Constata-se, ainda, que *"foi decretada, pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Balneário Camboriú, a prisão temporária do Paciente em tal processo e, contra tal ato (e também contra o comando judicial que indeferiu o pedido de vista do processo)"* (fl. 103).

Irresignada, a Defesa interpôs ajuizou o prévio **writ** perante o eg. Tribunal de origem, que apenas concedeu parcialmente a ordem, nos termos do v. acórdão de fls. 101-105 assim ementado:

"HABEAS CORPUS. PRISÃO TEMPORÁRIA. ADVOGADO. VISTA DOS AUTOS. INVESTIGAÇÃO EM CURSO. CÓPIA DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO.

Não há ilegalidade no indeferimento do pedido de vista dos autos de pedido de prisão temporária formulado pelo advogado constituído do indiciado se as investigações estiverem em curso; é preciso, todavia, franquear ao defensor, no mínimo, cópia da decisão que determinou a custódia cautelar.

ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA."

Daí o presente **writ**, no qual alega que, "*quando os patronos do paciente solicitaram acesso a integra dos procedimentos processual não pode de forma alguma se negado este acesso, muito menos a demora se justifica, eis que trata-se caderno processual criminal investigatório com pedido de prisão e busca e apreensão, e mesmo que não fosse, não haveria demora em conceder o pedido, eis que trata-se legalmente previsto. Desta feita resta caracterizado violação ao princípio do contraditório e a ampla defesa do paciente*" (fl. 5).

No que tange à prisão temporária, aduz que "*a Magistrada Dra. Tais de Paula Scheer, não levou em conta a pandemia, que está numa grau gravíssimo, e poderia contribuir para uma possível contaminação ou evitar contaminações, não estando atendo aos cuidados necessário*" (fl. 6).

Ao final, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para "**determinar acesso na integra dos Nº 5002874-14-2020-8-24-0005**, que tramita perante a 2ª Vara Criminal de Balneário Camboriú – Estado de Santa Catarina, **Requer seja revogada a prisão temporária do paciente, Requer ainda, que seja reconhecido a nulidade dos atos praticados desde a negativa de acesso ao processo pelos Advogados ora impetrantes, bem como em sede de liminar, que seja determinado o trancamento do mencionado procedimento processual criminal, Autos Nº 5002874-14-2020-8-24-0005**" (fls. 9-10 - grifei).

É relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o

Superior Tribunal de Justiça

processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, a análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito da impetração e possui natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Ministro